Tambores de guerra no ciberespaço



» RODRIGO BADARÓ
Conselheiro Nacional de Justiça e presidente do Comitê Nacional de Inteligência Artificial do Judiciário Brasileiro e encarregado de proteção de dados pessoais (DPO) do CNJ

Recentemente, recebi a comitiva do presidente da Suprema Corte da Índia, acompanhada do seu embaixador no Brasil, num diálogo entre países de extensão continental com economias pujantes e paradoxos semelhantes. O objetivo era debater o uso da inteligência artificial (IA) no Judiciário, em que ambas as nações são precursoras e fazem um belo trabalho. Contudo, o debate encaminhou-se para a soberania digital e a cibersegurança.

O Brasil já está em guerra, ainda que sem exercícios militares e sem declarações formais. Trata-se de uma batalha invisível e mundial, que envolve suspeitas sobre Estados soberanos e todo tipo de agentes irreconhecíveis e irrastreáveis, com objetivos obscuros.

Enquanto avançam os debates sobre a regulação da inteligência artificial, já em discussão pelo Congresso, somos bombardeados em todos os flancos do ciberespaço. Já sentimos na pele os ataques ao Porto de Santos, ao Tesouro, à Caixa Vida e Previdência, dentre outros não noticiados.

A IA virou combustível para as armas da nova guerra e, por isso, não podemos agir como se vivêssemos em tempo de paz: estamos em tempos de Marte, e a cibersegurança virou questão de soberania. Em 2024, criminosos desviaram ao menos R$ 15 milhões do sistema de pagamentos da União. Em 2025, credenciais vendidas por R$ 5 mil facilitaram o desvio de milhões de reais de contas do Banco Central. Em junho de 2026, cada organização brasileira registrou, em média, 4.001 tentativas de ataque por semana, quase o dobro da média global. O curioso é que os maiores ataques não exigiram genialidade, só senhas roubadas, credenciais vendidas e servidores sem treinamento.

O Brasil precisa acelerar o debate regulatório da cibersegurança, sem deixar à margem o projeto da inteligência artificial. O Decreto 11.856/2023 criou a Política Nacional de Cibersegurança, mas não tratou da agência que deveria executá-la. Por outro lado, não há segurança sem investimento massivo na infraestrutura tecnológica, lembrando que o Brasil destina cerca de 6,4% do orçamento de TI à cibersegurança, contra a média de 8% a 12%. Sun Tzu ensinou, em *A arte da guerra*, que não se deve contar com a hipótese de o inimigo não vir, mas com a própria prontidão para recebê-lo. A fortuna, na melhor concepção que Maquiavel deu à expressão, não pode ser crença quando se trata de aspectos beligerantes, sendo imperiosa a vigilância constante.

O mundo vem reagindo. Em março, os EUA lançaram uma estratégia nacional que prevê operações cibernéticas ofensivas e defensivas para conter adversários e, em agosto, criaram um programa para desmantelar redes criminosas estrangeiras. A Comissão Europeia propôs em janeiro a revisão do Regulamento Cibersegurança, que fortalece sua agência de proteção digital e reduz os riscos associados a fornecedores de países terceiros. No último dia 13 de novembro, o Parlamento alemão aprovou a maior reforma de sua inteligência desde o pós-guerra: seu serviço de informações poderá derrubar servidores de hackers a serviço de governos hostis, com aval prévio de um conselho independente, em resposta a um ataque ao controle aéreo alemão. Washington, Bruxelas e Berlim agem com estratégia, combinando regulamentação ágil e orçamento.

O Brasil, mais atacado que quase todos os seus pares externos, precisa avançar mais e, como plano de nação, deve buscar recursos financeiros condizentes com o nosso novo Zeitgeist.

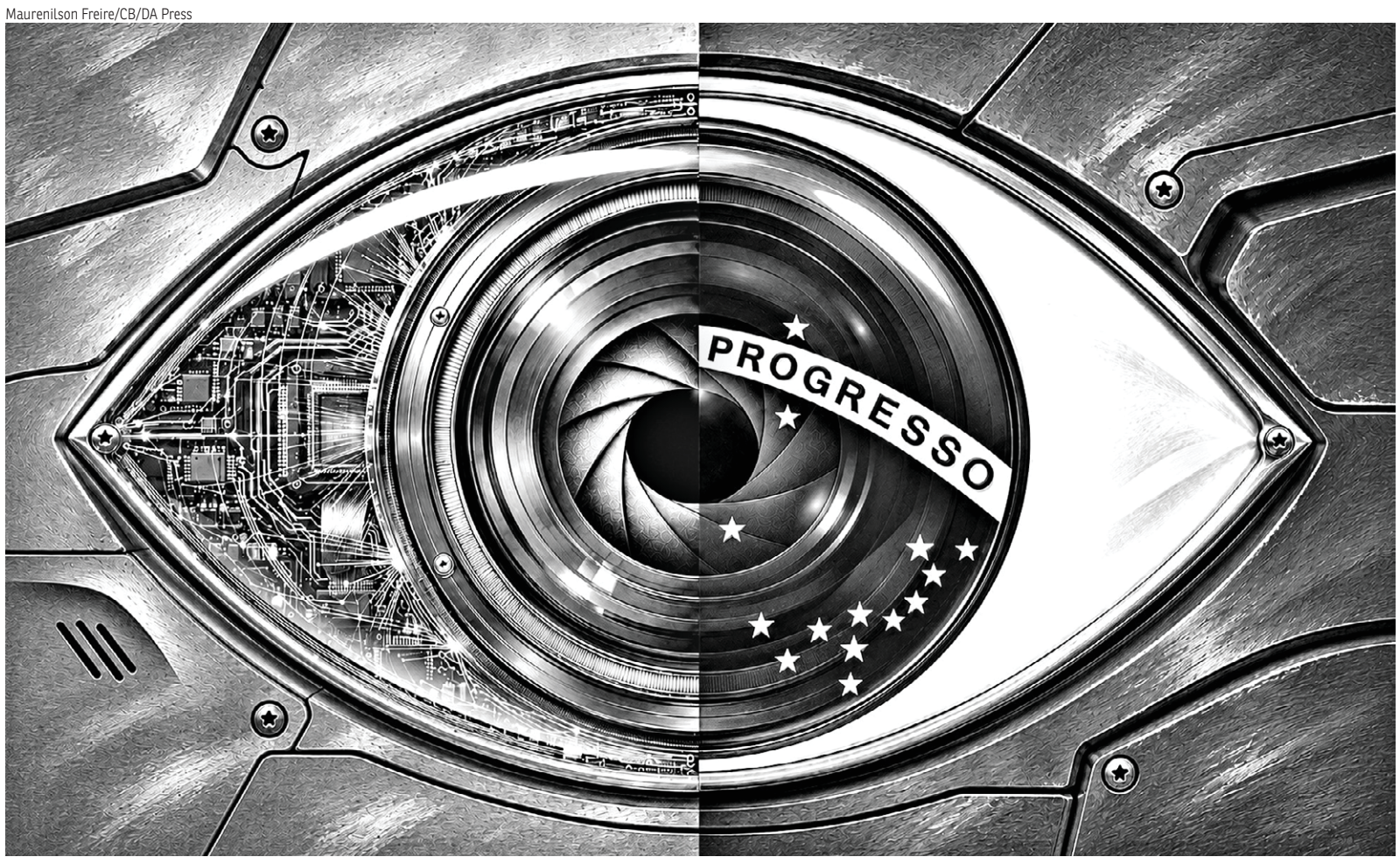
Não nos esquecendo da IA, é preciso encará-la também como um braço da soberania e da segurança nacionais. O Marco Legal da Inteligência Artificial, aprovado pelo Senado em 2024, está em discussão na Câmara; enquanto isso, os ataques feitos com auxílio de IA cresceram 89% em um ano.

Como em todo conflito, deve-se preservar território e fronteiras, e a nuvem soberana brasileira é passo importante nessa estratégia. O governo gastou R$ 23 bilhões com big techs estrangeiras em 10 anos, e dados sob empresas americanas podem ser requisitados pelos EUA por meio do CLOUD Act.

Cinco medidas são urgentes: higiene digital, autenticação forte e treinamento obrigatórios em todo órgão público; uma lei geral de cibersegurança com autoridade nacional; orçamento de defesa cibernética protegido de cortes; formação de profissionais em escala; e um marco da IA que trate também de segurança. A soberania tecnológica também exige infraestrutura urgente, como centros de resposta a incidentes e nuvem nacional de verdade.

Na guerra cibernética, quem não se prepara já perdeu a primeira batalha.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



Trump, Xi e Putin: a ilusão de uma nova Yalta



» GUNTHER RUDZIT
Professor de relações internacionais da ESPM, professor convidado da Unifa. Membro do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da USP

A fotografia poderá entrar para a história: Donald Trump, Xi Jinping e Vladimir Putin reunidos na China. Antes mesmo do encontro, surgiram comparações com Yalta, quando Franklin Roosevelt, Winston Churchill e Josef Stálin discutiram, em fevereiro de 1945, os rumos da Europa e do mundo que emergiria da Segunda Guerra Mundial. A analogia é sedutora. Mas revela mais sobre nossa dificuldade de compreender o presente do que sobre o significado da reunião.

Existe uma diferença fundamental entre reunir grandes potências, negociar interesses e construir uma ordem internacional. Uma coisa não produz automaticamente a outra. E confundi-las significa ignorar justamente as transformações mais importantes do sistema internacional.

Yalta não foi simplesmente uma reunião de três homens poderosos que decidiram dividir o mundo. Fez parte de um processo marcado pela guerra, pela derrota iminente da Alemanha nazista, pela ocupação de territórios e pela capacidade dos vencedores de impor e sustentar arranjos estratégicos. Mesmo assim, a ordem do pós-guerra não nasceu naquela mesa: resultou de disputas, negociações, instituições e da distribuição de poder que emergiu do conflito.

Nada semelhante ocorre hoje. Estados Unidos, China e Rússia não encerram uma guerra mundial, não formam uma coalizão vitoriosa e tampouco compartilham um projeto para organizar o sistema internacional. Divergem sobre território, segurança, comércio e tecnologia.

Trump busca resultados rápidos enquanto enfrenta as consequências da derrota republicana nas eleições legislativas. Putin procura obter vantagens relacionadas à Ucrânia. Xi trabalha para ampliar a posição chinesa na competição industrial e tecnológica com os Estados Unidos. Há espaço para negociações, certamente. Mas acordos entre rivais não constituem, por si, os fundamentos de uma nova ordem.

Há outra diferença crucial em relação a 1945. O poder continua dependendo de capacidades militares e industriais, mas também se organiza pelo controle de semicondutores, inteligência artificial, minerais críticos, cadeias de suprimento, infraestrutura digital e sistemas financeiros. Trata-se de ecossistemas que ultrapassam fronteiras e não podem ser repartidos como áreas de influência em um mapa.

Trump e Xi podem anunciar concessões comerciais e continuar disputando as tecnologias que definirão sua capacidade de competição nas próximas décadas. Um acordo sobre a Ucrânia não eliminaria as rivalidades entre Rússia e Europa. E um entendimento nuclear não resolveria a questão de Taiwan. O mundo não é um tabuleiro que três presidentes possam simplesmente repartir.

Existe ainda um problema pouco discutido: possuir poder não é o mesmo que estar disposto a empregá-lo para sustentar uma ordem. Os Estados Unidos permanecem uma potência extraordinária. Mas a polarização política doméstica, a oscilação das prioridades presidenciais e o questionamento de alianças dificultam a oferta de garantias duradouras.

Trump pode assumir um compromisso. Quem garantirá sua continuidade? Xi e Putin sabem que o presidente americano opera sob pressões políticas e prazos diferentes dos seus. Para eles, esperar pode ser tão vantajoso quanto negociar. Paradoxalmente, a urgência de Trump em alcançar vitórias diplomáticas pode enfraquecer sua posição.

É possível que a reunião produza resultados relevantes: redução de tensões, compromissos sobre armamentos ou avanços em conflitos específicos. Seria um erro desprezá-los. Mas seria igualmente equivocado confundir acordos pontuais com uma arquitetura internacional capaz de gerar previsibilidade e estabilidade.

Talvez estejamos assistindo não ao nascimento de uma nova ordem, mas à consolidação de um período prolongado de desordem. As grandes potências continuam capazes de impor custos, exercer coerção e negociar vantagens, mas demonstram dificuldades para construir regras compartilhadas que sobrevivam às conjunturas políticas.

A tentação de anunciar uma nova Yalta traduz o desejo de encontrar ordem no caos. Entretanto, a verdadeira pergunta não é se Trump, Xi e Putin conseguirão produzir uma fotografia histórica. É se terão capacidade — e disposição — para sustentar os compromissos que assumirem.

Três líderes podem negociar o mundo que desejam. Isso não significa que consigam construir o mundo que imaginam.

Inteligência artificial: o desafio de inovar sem perder o controle



» PAULO OCTÁVIO
Empresário e presidente do LIDE Brasília

A inteligência artificial deixou de ser promessa. É uma realidade que transforma empresas, governos, instituições e a vida das pessoas. Trata-se de uma revolução que abre oportunidades, mas impõe responsabilidades. Foi com essa convicção que o LIDE Nacional, em parceria com o LIDE Brasília e o **Correio Braziliense**, realizou o 9º Brasília Summit. O encontro discutiu o tema "Inteligência Artificial, Regulamentação e Competitividade".

Na abertura, a participação de Luís Roberto Barroso, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), trouxe uma reflexão fundamental: não podemos falar em soberania digital sem discutir a infraestrutura tecnológica. Ao recordar sua passagem pelo STF e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), chamou atenção para a dependência brasileira de fornecedores estrangeiros de serviços de armazenamento em nuvem. Sua análise mostrou a necessidade de o país ampliar investimentos em data centers, microprocessadores e formação de profissionais capazes de desenvolver e dominar essas tecnologias.

No primeiro painel, dedicado ao Pix, ao Open Finance e ao futuro da infraestrutura financeira, tivemos uma discussão relevante sobre o sistema bancário, Ana Carla Abrão, presidente da Associação Open Finance Brasil, destacou o papel do compartilhamento de dados na construção de um mercado aberto, competitivo e inovador. Lembrou que o Brasil se tornou referência nessa área, graças à combinação entre iniciativa regulatória do Banco Central e participação das instituições financeiras.

Fernando Freitas, superintendente de Estratégia Regulatória do Bradesco, ampliou a discussão ao abordar a relação entre IA, dados bancários e soberania nacional. Sua provocação merece atenção: não basta sermos consumidores de ferramentas vindas do exterior. Precisamos encontrar caminhos para integrar a cadeia de valor da IA, estabelecendo critérios para acesso e utilização dos dados dos brasileiros.

Rodrigo Takeuchi, fundador e CEO da Dashplan, falou da essencial educação financeira. A tecnologia avança rápido, mas a capacidade das pessoas de compreender as ferramentas e tomar decisões conscientes nem sempre faz o mesmo. Magno Maciel, CEO do Grupo X-Via e head do LIDE Inteligência Artificial, defendeu que a interoperabilidade alcançada pelo sistema financeiro inspire a modernização dos serviços públicos, pois os dados precisam conversar para que o cidadão tenha uma relação mais eficiente com o Estado.

O segundo painel colocou em discussão um dos pontos mais delicados: a regulamentação. Os deputados federais Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator do projeto de inteligência artificial na Câmara, e Adriana Ventura (Novo-SP) trouxeram a perspectiva do Legislativo sobre um marco regulatório capaz de acompanhar a velocidade das inovações. Aguinaldo foi enfático ao apontar a regulação como um dos grandes desafios brasileiros e defendeu mecanismos flexíveis de governança. O senador Eduardo Gomes (PL-TO), vice-presidente do Senado, abordou a tramitação legislativa e a necessidade de equilibrar segurança jurídica e inovação.

As contribuições de Cristiano Heckert, diretor de Desenvolvimento de Negócios para Governo e Setor Público da Amazon Web Services na América Latina, e Fernando José da Costa, head do LIDE Justiça, ajudaram a ampliar a análise sobre os desafios institucionais, jurídicos e operacionais da adoção da inteligência artificial.

Encerrando a programação, o ministro Luís Felipe Salomão, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), apresentou reflexão importante sobre transparência tecnológica e controle humano. Para ele, duas perguntas precisam orientar a regulamentação: como verificar o que a IA fez e quem responde pelos resultados? Ao defender que decisões judiciais permaneçam sob supervisão humana, estabeleceu um princípio que ultrapassa o Judiciário: a tecnologia deve apoiar as decisões, jamais eliminar responsabilidades.

O Brasil não pode assistir passivamente à revolução da IA. Temos instituições sólidas, capacidade empresarial, pesquisadores e mercado consumidor de enorme potencial. Precisamos transformar essas vantagens em protagonismo. A regulamentação não deve ser um obstáculo, assim como a inovação não pode servir à ausência de responsabilidade. O caminho está no equilíbrio entre liberdade para empreender, segurança jurídica, proteção de dados, soberania tecnológica e respeito ao ser humano.